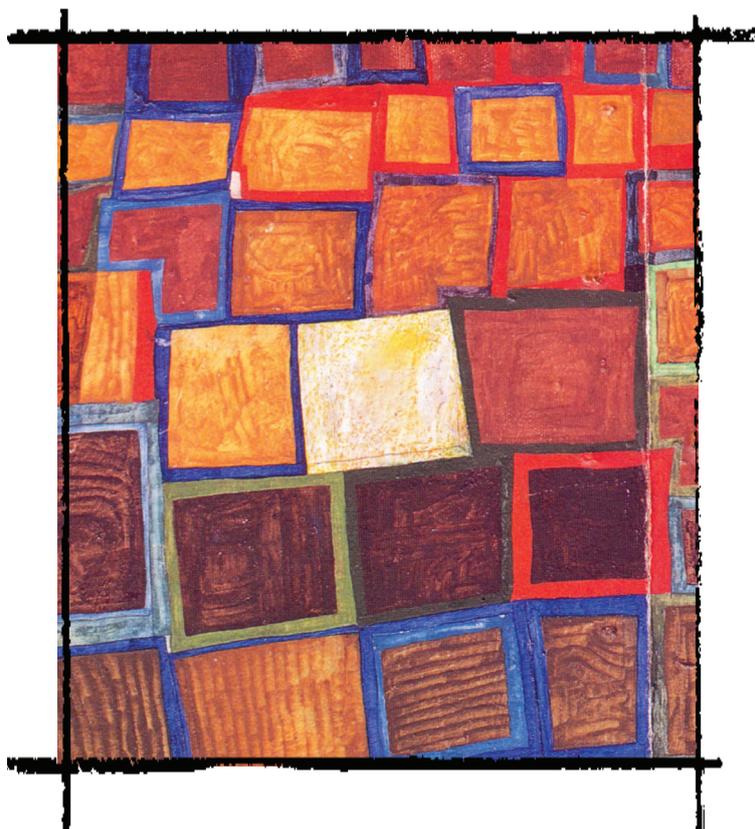


RODRIGO CASTELO



O SOCIAL-LIBERALISMO
AUGE E CRISE DA SUPREMACIA BURGUESA
NA ERA NEOLIBERAL

expressão
POPULAR

direta agindo em benefício próprio. E mais: o controle objetivo exercido pela governança corporativa teria recaído, na verdade, sobre os assalariados, e não sobre os diretores e presidentes das grandes empresas. Conforme escreve Sauviat,

(...) a satisfação das normas de rentabilidade financeira imposta pelos mercados e a mudança induzida na empresa acompanharam a degradação das condições de trabalho dos assalariados e o crescimento das desigualdades de renda. Essa situação se concretizou por uma instabilidade e uma crescente insegurança do emprego, sob a constante ameaça de deslocalização e subcontratação, e também acarretou formas de controle e de intensificação do trabalho que tiveram como contraponto a precariedade, os baixos salários (exclusão), o aumento dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais para a grande massa dos assalariados (Sauviat, 2005, p. 127).

Para Chesnais, o RAF seria sistemicamente vulnerável, com a aparição cada vez mais frequente de crises financeiras, que por sua vez detonam crises na economia real, instabilidade política e aumento das desigualdades entre regiões do planeta, países e classes sociais, nos âmbitos internacional e nacional. A polarização social, a assimetria entre as regiões, o crescimento da fome e de graves moléstias, o aumento da exploração e do desemprego desafiam a viabilidade e sustentabilidade do RAF no horizonte analítico previsível. Das tensões e conflitos que emergem das atuais contradições da mundialização do capital surgiu a necessidade de militarização da política e da geopolítica e a criminalização de movimentos sociais para a manutenção do atual regime de acumulação, que cada vez mais apresenta rupturas em seu tecido social e político, colocando em risco sua própria sustentabilidade do ponto de vista da dominação burguesa (Chesnais, 2005b, p. 57).

Gênese, ascensão e supremacia do neoliberalismo

Ao longo desta segunda parte, temos discutido a história da última grande crise orgânica, ocorrida na longa década de 1970 e

que resultou na formação de um novo bloco histórico capitalista, o neoliberal, e as interpretações marxistas sobre o fenômeno das crises capitalistas, recuperando em larga medida as contribuições de David Harvey e François Chesnais. A história do neoliberalismo, entretanto, não começa na formação de um novo bloco histórico capitalista nos anos 1970-1980, mas sim no início do pós-Segunda Guerra Mundial, um dos marcos de fundação do bloco histórico fordista-keynesiano. O neoliberalismo surge como uma ideologia concebida por intelectuais tradicionais ligados às classes dominantes. O seu pontapé está presente no livro *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, publicado em 1944. Logo no prefácio da primeira edição, Hayek ([1944] 1977, p. XXXIII) declara sem meias palavras que o livro é uma obra política, colocando-se em posição de ataque contra o intervencionismo e o planejamento econômico, considerados ameaças reais às instituições e valores de uma sociedade livre. No final do terceiro capítulo, deixa claro o seu argumento central: “é de extrema importância para a argumentação deste livro que o leitor não esqueça que toda a nossa crítica visa exclusivamente o planejamento contra a concorrência, ou, por outra, o planejamento que pretende substituir a concorrência” ([1944] 1977, p. 40).

Nesta obra clássica do neoliberalismo, o ultraliberal austríaco afirma que estaria em curso um lento processo de formação de um consenso socialista, entendido como uma ideologia totalitária que patrocinaria a intervenção do governo na economia e na vida pessoal dos indivíduos por meio do arbítrio e da coerção. Fascismo, nazismo e comunismo seriam exemplos deste totalitarismo que ameaçaria as sociedades livres. Caso os autênticos liberais não percebessem a tempo o crescimento da ideologia socialista, que teria infectado boa parte da população e da *intelligentsia* até mesmo em um país como os Estados Unidos (considerado o principal bastião da economia livre), a pavimentação do caminho da servidão estaria completa em pouco tempo, e as grandes conquistas da civilização

ocidental, identificadas com os valores supremos do individualismo, da liberdade e da tolerância, estariam perdidas.

A proposta de Hayek é o combate à ideologia socialista – enraizada nas mentes dos homens comuns e nos gabinetes do governo – via o resgate, divulgação e atualização das teses clássicas do liberalismo para os tempos que se abriram após o fim da Segunda Guerra. Cumpre notar que o autor não patrocina uma reedição pura do *laissez-faire*, de um Estado mínimo ideal, pois reconhece que o Estado deve regulamentar certas atividades produtivas, criar legislações trabalhistas e sanitárias e ofertar determinados serviços sociais. A ideia-força defendida é que o sistema de concorrência mercantil seria mais eficiente, dos pontos de vista econômico, social e moral, do que o planejamento estatal. Os mecanismos livres da concorrência deveriam prevalecer sobre a intervenção do governo na economia, mas para isto o Estado deveria ser responsável, por exemplo, por um moderno e ágil sistema de leis que garantisse, na prática, a propriedade privada e a livre iniciativa dos agentes econômicos.

Em 1947, um grupo de intelectuais – Friedrich Hayek, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Milton Friedman e outros –, reuniu-se nos Alpes suíços para fundar a *Sociedade de Mont Pèlerin*. O objetivo deste aparelho ideológico das classes dominantes era formar o que Hayek havia conclamado em *O caminho da servidão*: uma organização coesa e engajada na produção e difusão de uma ideologia opositora às teorias intervencionistas – marxismo e keynesianismo –, resgatando, atualizando e revisando os fundamentos do liberalismo clássico para a nova fase do capitalismo.

Na sucinta declaração de fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, o mundo que emerge da Segunda Grande Guerra é descrito como envolto em uma grande crise moral e ética, na qual os principais valores da civilização ocidental estariam ameaçados pelo terror do poder arbitrário e tirano das ideologias totalitárias.

A crença na propriedade privada e nos mercados competitivos também estaria combatida diante da ofensiva do intervencionismo estatal, do planejamento centralizado ou, em uma palavra, do totalitarismo. Diante desta crise, seus fundadores defenderam um movimento de recomposição de valores capaz de resgatar a liberdade e a dignidade humana. Esta recomposição passaria por seis pontos: 1) um estudo da origem e da natureza da crise, com destaque para os fatores morais e econômicos; 2) a redefinição do papel do Estado, distinguindo o liberalismo do totalitarismo; 3) o restabelecimento do Regime da Lei; 4) a defesa do livre mercado; 5) o combate aos credos hostis à liberdade; e 6) a criação de uma ordem internacional asseguradora da paz, da liberdade e da harmonia nas relações econômicas mundiais.²²

Foi uma atitude ousada dos intelectuais (neo)liberais, pois, à época, a hegemonia era dirigida, nas margens da social-democracia, pelo keynesianismo e, no extremo mais à esquerda, pelo marxismo. Eles remavam contra a maré num período em que o crescimento econômico era atribuído às políticas keynesianas de estímulo estatal à demanda efetiva. Foram anos no ostracismo intelectual, pacientemente maturando ideias e projetos políticos de fortalecimento de um capitalismo livre dos constrangimentos da democratização da política, resultado da ação da classe trabalhadora em todo o mundo.

A doutrina neoliberal fundamentava-se na reafirmação dos valores de liberdades individuais, comerciais, produtivas e de investimento dos empreendedores para a geração de riquezas, desenvolvimento tecnológico e, por consequência, segundo os seus cânones, do aumento geral do bem-estar das populações. Liberdade é o conceito central para o neoliberalismo. Esta liberdade é vista como um atributo humano herdado do estado de natureza que deve ser preservado após a assinatura do Contrato Social pela soberania

²² Informações disponíveis no site <<http://www.montpelerin.org/mpsGoals.cfm>>.

limitada do Estado, responsável pela garantia dos direitos básicos do cidadão. No período da sua emergência, o liberalismo defendeu a liberdade do cidadão frente à servidão, que prendia o indivíduo ao senhor feudal e seu respectivo território, assim como impedia qualquer tipo de mobilidade na pirâmide social – na prática, sabe-se que o que ocorreu foi a “dupla liberdade” do cidadão, tanto da servidão quanto dos seus meios de produção, expropriados e privatizados diante de um processo violento e sanguinário.

Na antiga fórmula do liberalismo, o papel do Estado era muito bem definido a partir de funções restritas, sem interferir indevidamente nas ações pessoais dos indivíduos e dos membros da sociedade civil. A retórica da doutrina neoliberal – que encontra pouca correspondência com a prática adotada por seus regimes – advoga que cabe ao Estado garantir os direitos básicos dos indivíduos, a liberdade de ação dos agentes econômicos e o fornecimento de bens públicos e serviços estatais necessários à manutenção da ordem, tais como defesa, segurança, justiça e serviços sociais. Para além destas funções, o Estado extrapolaria suas funções vitais, cerceando o livre desenvolvimento dos mercados e das iniciativas privadas, supostamente prejudicando a produção de riquezas e o bem-estar geral.

Assim como o liberalismo clássico, a doutrina neoliberal defende a promoção da liberdade das forças impessoais e neutras do mercado na alocação e distribuição eficiente dos recursos produtivos entre os agentes sociais. É importante notar que eles não defendem a total ausência do Estado no controle da vida social, que deve ter uma ação seletiva e focalizada em esferas vitais para o pleno funcionamento da ordem capitalista, como a defesa dos múltiplos regimes de propriedade privada, desde a terra até o *copyright*.

Os mesmos ideólogos neoliberais sustentam que a desigualdade seria um valor positivo em si mesmo. No livro *Liberalismo segundo a tradição clássica* (1927), Ludwig von Mises comenta a perspectiva que os neoliberais têm a respeito da desigualdade econômica de renda

e riqueza; esta teria duas funções importantes nas sociedades livres e, por isto, deveria ser valorizada. Em primeiro lugar, estimularia a produtividade do trabalho e a geração de riquezas, tendo em vista a competição entre massas e elites – os de baixo querendo subir, os de cima querendo continuar onde estão. Tal competição pela mobilidade social seria um dos fatores preponderantes para os altos índices de produtividade do capitalismo, o que geraria uma riqueza exponencial em ritmo acelerado, supostamente demonstrando a superioridade deste modo de produção sobre qualquer outro. Em segundo lugar, o consumo de bens de luxo é defendido como algo produtivo para todas as camadas sociais. Por quê? Na lógica neoliberal, a concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo de milionários ociosos permitiria a criação de uma indústria de bens de luxo de alta inovação tecnológica, impulsionando o progresso técnico. Em algum momento do futuro, diz o autor, estes bens de luxo seriam disponibilizados para as massas, embora o mecanismo de propagação não seja explicitado. Conforme diz von Mises,

(...) a maioria de nós não tem qualquer simpatia pelo rico ocioso, que passa a sua vida gozando dos prazeres, sem ter trabalho algum. Mas até cumpre uma função na vida do organismo social. Dá um exemplo de luxo que faz despertar, na multidão, a consciência de novas necessidades, e dá à indústria um incentivo para satisfazê-las (Mises, [1927] 1987, p. 35).

Neste tocante, a ideologia do livre mercado busca combinar dinamismo econômico e parasitismo social, argumento teórico já defendido por Thomas Robert Malthus e elogiado por John Maynard Keynes, no qual o consumo das classes proprietárias de corte aristocrático geraria demanda efetiva nas economias mercantis, em vez de gerar o entensouramento da moeda e a queda da demanda agregada.

A valoração positiva da desigualdade social não resistirá à força dos fatos. Os neoliberais mais tarde descartariam a apologia aberta da desigualdade social como algo natural e positivo

de uma economia de mercado, passando a adotar uma apologia indireta. Os impactos mais fortes do aumento brutal da concentração de renda e riqueza nas mãos das elites financeirizadas derivadas do projeto neoliberal começaram a ser sentidos na década de 1990, quando surgiu uma onda de “subversivismo espontâneo, elementar e não orgânico” das classes subalternas, em especial nas periferias. Diante das tensões daí resultantes, o pensamento neoliberal incorpora o tema da “questão social” em suas pesquisas e ações políticas. Cabe discutir aqui como se procedeu esta incorporação, que, no meu entender, visa neutralizar as proposições igualitaristas da esquerda, rebaixando o horizonte intelectual das forças sociais progressistas com os debates sobre equidade, igualdade de oportunidade, vulnerabilidade/exclusão/coesão social, ativismo ético e virtuoso de indivíduos empoderados e comunidades dotadas de capital social, bem como da funcionalidade do Terceiro Setor.

A resposta ao aumento da exploração da força de trabalho, das desigualdades socioeconômicas e das tensões políticas não se restringiu à esfera ideológica. O Estado ampliado burguês, mesmo após as reformas-restauradoras neoliberais, manteve-se política, jurídica e administrativamente equipado com mecanismos institucionais e legais para atender às demandas geradas por determinadas expressões mais agudas da “questão social”. O desmonte do *welfare state* na era neoliberal não foi total, tendo permanecido de pé algumas de suas estruturas, decerto com novas funções e operadas por novas forças políticas. Segundo Göran Therborn:

O máximo que eles conseguem conceber é uma rede de proteção (*safety net*) apenas para os mais pobres dos pobres. Eles não têm tido, no entanto, muito sucesso nessas tentativas. Agora começam a ficar claras as razões desse insucesso. A persistência do desemprego, a tendência à elevação do desemprego estrutural e a precariedade dos vínculos nas margens do mercado de trabalho provocam problemas sociais múltiplos. A própria abrangência

destes tem acarretado a manutenção de esquemas institucionais do Estado de bem-estar, dificultando a adoção de políticas que restringem benefícios apenas para alguns grupos da população (Therborn, 2000a, p. 161).

Outros cientistas sociais compartilham da análise de Therborn a respeito da parcialidade do desmonte do Estado de bem-estar, o que leva à problematização do debate do Estado mínimo como uma peça retórica do projeto de supremacia burguesa. Maria Lucia Werneck Vianna (1997, p. 157) diz que “(...) não há evidências convincentes de que qualquer desmonte tenha ocorrido em países do Ocidente desenvolvido (...)”. Perry Anderson (2000b, p. 148) vai além e defende uma tese mais ousada: a de que houve um ligeiro aumento do *welfare state* nos países centrais.

A ideologia neoliberal não conduziu as reformas-restauradoras dos aparatos governamentais a uma simples reedição do liberalismo econômico e político do século XIX, nem muito menos o Estado neoliberal é uma reatualização do Estado guarda-noturno; o que existe, de fato, é uma refuncionalização do Estado ampliado burguês diante da emergência da mais recente etapa do capitalismo, o bloco histórico neoliberal.

Na esfera da sociedade política, observa-se a formação de aparelhos coercitivos de guerra infinita, vigilância eletrônica e criminalização/militarização da pobreza, de aparelhos coercitivos de espoliação – como bancos centrais independentes que operam políticas monetárias sem controle social, no sentido de estabelecer a “ditadura dos credores” – e aparelhos assistencialistas e clientelistas de serviços sociais de alcance massivo, embora guiados por uma política focalizada e descentralizada de alívio às formas mais extremas do pauperismo. No âmbito da sociedade civil, identifica-se a criação de uma teia complexa de aparelhos privados de hegemonia produtores e difusores das mais diferentes versões do pós-modernismo, bem como de operacionalização e suporte das políticas sociais assistencialistas e das políticas econômicas rentistas.

O Estado ampliado, no bloco histórico neoliberal, continua, pois, a atuar firmemente nas mais distintas expressões da “questão social”, refuncionalizando e readequando as estruturas da sociedade política e da sociedade civil para intervir consensual e coercitivamente nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais, conservando sua atuação classista e sua importância na manutenção da ordem.

Até meados de 1970, o neoliberalismo ainda era uma doutrina ideológica sem força substantiva, pois não havia se materializado em mandatos políticos ou sido incorporado como teoria das massas via um projeto hegemônico das classes proprietárias. A estrutura do Estado ampliado mencionada ainda não havia sido erigida. As condições objetivas favoráveis à ideologia advogada pela Sociedade de Mont Pèlerin surgiram somente com a crise orgânica da longa década de 1970. Além disto, apontava a doutrina neoliberal, esta crise teria revelado a ineficiência do Estado na alocação dos recursos, trazendo, como consequência, o reverso da sua intencionalidade básica, a saber, a promoção do bem-estar social. Desemprego estrutural, inflação, perda do poder de compra dos salários formaram o quadro no período de decadência do *welfare state*. Conforme os neoliberais haviam avaliado, não seria possível promover o bem-estar através de mecanismos de intervenção direta do Estado, sempre suscetível à corrupção e à ingerência das classes dominadas nos interesses privados.

A materialidade da ideologia neoliberal ocorreu longe do berço do *welfare state*. O neoliberalismo tornou-se um plano de governo após o golpe de Augusto Pinochet que derrubou o governo eleito de Salvador Allende. Apoiado pelos Estados Unidos, pelas multinacionais e pelos setores mais reacionários da sociedade chilena, o *putsch* pavimentou o caminho para que tecnocratas importados diretamente da Escola de Chicago, então comandada pelo economista monetarista Milton Friedman, implementassem o receituário típico do neoliberalismo, tais como controle da emissão monetária,

aumento da taxa de juros, privatização dos bens e serviços públicos. Essas medidas, na prática, objetivavam o desmonte da via democrática do socialismo chileno, então operada pela Unidade Popular. No seu lugar, emergiu um outro projeto, agora afeito aos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais. De vanguarda progressista do continente, o Chile retrocedeu para um período de repressão e obscurantismo. A democracia seria tolerável, segundo os principais teóricos neoliberais, até um determinado ponto: quando a participação política das massas populares colocasse em xeque a ordem capitalista, contestando o direito de propriedade privada e lutando não só pela socialização da política, mas pela socialização do poder político (Netto, 2009, p. 6), seria a hora de estancar o processo de democratização.

A tradição política liberal tem, ao longo da sua história – Charles de Montesquieu, Immanuel Kant, Alexis de Tocqueville, Benjamin Constant, Gaetano Mosca, Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e outros –, uma atitude hostil em relação à plenitude dos direitos políticos dos trabalhadores (Coutinho, 2006a), pois considera-a uma ingerência intolerável aos interesses privados. Os programas populares de intervenção na economia, centrados em torno de projetos igualitários, deveriam ser neutralizados: esforços não seriam poupados para limitar a soberania popular e sufocar seus levantes, revoltas e revoluções, tudo em nome da defesa intransigente da propriedade privada burguesa. “Ainda que mediada pela intervenção do Poder Legislativo, a intrusão ou a ‘invasão’ dos não proprietários na esfera da propriedade é sempre um ato de arbítrio ou de saque, de violência, um ato, pois, que pode ser legitimamente combatido pela violência do agredido” (Losurdo, 2004, p. 39).

Ultrapassado este patamar, a ditadura política, em suas diversas faces, é considerada, do ponto de vista da classe burguesa, como um recurso legítimo na defesa de seus interesses enquanto proprietária.

Ou seja, não há incompatibilidade na defesa de uma ditadura por parte dos neoliberais, pois a democracia não é um valor central para eles. O que chama atenção é que a ideologia neoliberal materializa-se pela primeira vez sob os auspícios da autocracia burguesa, e não dentro das regras do jogo formal da democracia representativa. O uso da coerção é um elemento presente e decisivo na transmutação do neoliberalismo de uma ideologia para uma estratégia política das classes dominantes, então preocupadas com as sequelas da crise orgânica.

A experiência no Chile, gestada por meio das forças repressivas do Estado burguês, não seria, contudo, replicada em nenhum país da Tríade capitalista, onde o neoliberalismo ascendeu e se tornou hegemônico uma década depois por meio de eleições parlamentares e presidenciais. Mas aquela experiência serviu como uma espécie de laboratório das medidas defendidas pelos neoliberais em termos de política econômica, uma das principais esferas de defesa dos interesses do bloco social que detém para si a supremacia.

O neoliberalismo se fortaleceu quando saiu do círculo de um grupo restrito de intelectuais e ganhou uma base material nas políticas de governos do mundo ocidental. Logo no início dos anos 1980, quando a maré virou em favor dele, Milton Friedman, junto com sua mulher Rose, escreveu uma das principais peças publicitárias da versão contemporânea do liberalismo. No livro *Liberdade de escolher*, o casal foi cauteloso em afirmar a vitória do neoliberalismo, apontando que sua duração poderia ser efêmera. Eles anotaram que “a reação talvez venha a ser de pouca duração e seguida, após curto intervalo, pelo reinício da tendência para o governo ainda mais poderoso” (Friedman e Friedman, [1979] s.d., p. 277). Suas previsões não se concretizaram, e o neoliberalismo tornou-se a principal força política e cultural do final do século XX.

Em 1979, o Partido Conservador inglês ganhou as eleições, após anos de hegemonia do Partido Trabalhista, e indicou a deputada

Margaret Thatcher para assumir as funções de primeira-ministra. A pesada mão da Dama de Ferro implementou o projeto neoliberal mais ambicioso e profundo de toda a Europa. As medidas do Partido Conservador incluíram o enfrentamento ao poder dos sindicatos, o equilíbrio fiscal, o aumento das taxas de juro, a liberdade aos fluxos e aplicações financeiros, o corte de gastos sociais e um vasto programa de privatizações. Do outro lado do oceano, um ano depois, o Partido Republicano ganhou as eleições presidenciais com Ronald Reagan, candidato da ala conservadora do partido.

As principais obras e artigos de referência sobre o neoliberalismo identificam o seu prelúdio nos ensaios da ditadura militar liderada por Augusto Pinochet no Chile (1973) e nos governos eleitos de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979) e Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980). David Harvey (2008) inova ao referir-se também às reformas (neo)liberalizantes chinesas promovidas por Deng Xiaoping em 1978. Todas estas experiências marcaram a materialização da doutrina neoliberal, pacientemente cultivada pelos pensadores liberais desde a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin.

O início da trajetória política do neoliberalismo não é muito difícil de ser identificado, como apontam os eventos acima. A maior dificuldade no seu estudo é o reconhecimento de um padrão sistemático de sua evolução nos cinco continentes. Este padrão pode ser encontrado, mas uma análise superficial e apressada deste fenómeno pode induzir a uma teoria da conspiração, na qual um grupo de intelectuais liberais, atuando em perfeita sintonia – sem atritos dentro do próprio bloco social das classes dominantes e sem as diversas formas de resistência exercidas pelas classes subalternas –, produziram e efetivaram uma concepção do mundo de acordo com os interesses da supremacia burguesa. Isto veio, de fato, a ocorrer, mas não de forma linear e harmônica.

O processo de expansão e legitimação mundial do neoliberalismo não ocorreu simploriamente a partir da adoção fiel e integral

de qualquer cartilha ou documento dos *think-tanks* imperialistas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio etc.; ao contrário, as ideias-motrizas da doutrina entraram em contradição com realidades nacionais, regionais ou locais e enfrentaram resistências no seu longo percurso, demorando a se concretizar como um consenso – o que aconteceu apenas na década de 1990 com o Consenso de Washington.

Alguns exemplos podem ser citados, no sentido de ilustrar como o projeto neoliberal foi sendo erigido em países centrais e periféricos muitas vezes em contradição com alguns dos corolários da doutrina. A ditadura chilena iniciada em 1973 foi uma das mais brutais da América Latina, tendo desmantelado as organizações reformistas e revolucionárias que atuavam no país, eliminando fisicamente seus integrantes e a memória de lutas e conquistas populares. Com isto, o terreno foi limpo para os *Chicago Boys* por em prática a abertura dos mercados e o desmonte do aparelho estatal construído no governo Allende. Apesar destas condições favoráveis à implementação das ideias liberalizantes, a ditadura Pinochet manteve sob monopólio estatal a mineração do cobre, principal fonte de receita do governo, o que incorre em um flagrante embate com as teses privatistas do neoliberalismo.

Margaret Thatcher executou um dos maiores projetos de privatização de bens públicos em toda a Europa, e por isto mereceu a alcunha de Dama de Ferro (nome de uma das bandas de *heavy metal* mais tradicionais do Reino Unido). Ela promoveu a venda de ativos de áreas estratégicas, mas não teve cacife para promover o desmonte generalizado do *welfare state*, em particular na área de saúde, ainda hoje regida por concepções universalistas e públicas. E Ronald Reagan, um dos paladinos do livre mercado nas Américas, defensor do Estado mínimo, não seguiu a primeira das medidas sugeridas pela cartilha do Consenso de Washington: o superávit primário. Seu governo teve sucessivos déficits fiscais devido aos

altos gastos estatais com o financiamento do projeto Guerra nas Estrelas, a principal arma do governo estadunidense na Guerra Fria dos anos 1980, e que obteve sucesso no final daquela década com a queda do Muro de Berlim e, depois, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Por diferentes meios e caminhos o neoliberalismo, atendendo às especificidades de cada uma das formações econômico-sociais, foi sendo desigualmente efetivado em todas as regiões do planeta – tanto em questão de ritmo como de profundidade –, configurando-se em uma autêntica estratégia político-cultural mundial da burguesia, respeitando-se, como dito anteriormente, as particularidades nacionais e as tensões entre a ideologia e sua materialização como projeto político das classes dominantes. Segundo Harvey,

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como ‘Consenso de Washington’. (...) O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu (Harvey, 2008, p. 23).

O projeto neoliberal tornou-se fundamentalmente uma realidade material por meio de vitórias eleitorais de candidaturas de representantes das alas mais retrógradas dos partidos conservadores. Seu sucesso adveio não de golpes ditatoriais em países dependentes, como ocorreu no Chile, mas sim de um consenso construído e moldado segundo a imagem e semelhança da burguesia rentista, com diferentes variações nos países. O consenso, consolidado nos pleitos eleitorais estadunidenses e britânicos, pressupunha a participação – muitas vezes passiva e despolitizada – das classes médias e dos trabalhadores daqueles países, que, com o seu voto,

consubstanciaram o projeto neoliberal, dando uma legitimidade política poucas vezes vistas na história de um sistema formalmente democrático. Perry Anderson (2007, p. 374) afirma, diante da força avassaladora do neoliberalismo, que esta ideologia foi o sistema de ideias mais bem-sucedido na história da humanidade, suplantando o cristianismo e o comunismo em termos de expansão geográfica.

Embora se deva reconhecer que parte do sucesso do projeto neoliberal seja fruto da atuação hegemônica dos aparelhos privados de consenso sob controle direto e/ou indireto da burguesia, pontua-se aqui que tal estratégia não descarta o uso de métodos coercitivos de repressão aos seus opositores. O projeto neoliberal faz uso sistemático da coerção contra setores de oposição mais radicais e mobilizados das classes subalternas. Até mesmo setores desmobilizados dos trabalhadores, como as populações marginais do exército industrial de reserva que vivem nas periferias das grandes metrópoles – o lumpemproletariado –, sofrem os efeitos coercitivos da atuação dos aparelhos estatais de repressão, tanto por meio da criminalização e da militarização da pobreza e dos movimentos sociais quanto da implementação de sistemas penais de execução e encarceramento como o Estado-penitência, que se desdobra em uma ditadura sobre os pobres (Wacquant, 2001). Além disso, todo um aparato de leis de segurança nacional e vigilância eletrônica, que suprime direitos civis elementares, é desenvolvido em diversos países do centro do mercado mundial em nome da guerra ao terror e ao narcotráfico, que muitas vezes militarizam conflitos políticos contra movimentos guerrilheiros e revolucionários na periferia.

A repressão e o uso da violência aconteceram e foram marcantes nos centros imperialistas difusores da doutrina neoliberal. Reagan e Thatcher estiveram envolvidos, nos primeiros anos de seus mandatos, em longas greves de setores combativos da classe trabalhadora, e recorreram aos gendarmes para massacrar o movimento operário. Nos EUA, a greve dos controladores do tráfego aéreo; no Reino

Unido, as greves dos mineiros, dos trabalhadores gráficos e da imprensa, dos hospitais e das ferrovias.

Na periferia, a força da crise da dívida externa e os efeitos sociais da hiperinflação foram decisivos para abrir as portas ao neoliberalismo, que surgia como uma tábua de salvação diante do fim do desenvolvimentismo e do processo de industrialização via substituição de importação. Mas a coerção apareceu em sua face mais visível: por meio do braço armado do Estado e da promulgação de um conjunto de leis e medidas executivas de refuncionalização do papel do Estado na economia, inclusive autonomizando importantes órgãos públicos do controle popular, que então se tornaram centros da espoliação e da expropriação das riquezas e dos fundos públicos.

O aparato do Estado ampliado neoliberal conjuga, portanto, a combinação entre consenso e coerção – aquilo que Gramsci consagrou por meio do conceito de supremacia, discutido no primeiro capítulo. Por isto proponho tratar o projeto neoliberal não somente como uma estratégia hegemônica – embora se reconheça a centralidade de elementos hegemônicos –, mas também como uma estratégia burguesa de supremacia que tinha como objetivo construir um novo bloco histórico após a crise orgânica dos anos 1970.

Retomando o histórico do neoliberalismo, logo após Inglaterra e Estados Unidos terem posto em prática as ideias neoliberais, gestadas embrionariamente em idos de 1940, Alemanha e Dinamarca também começaram um processo de operacionalização dessa doutrina. Lentamente, o neoliberalismo alastrou-se pelo norte da Europa e abarcou países como Finlândia e Noruega, tidos como modelos do Estado de bem-estar. Já o sul da Europa viveu uma situação diferente, contrariando seu tradicional histórico de governos conservadores e ditatoriais. Desse modo, a divisão política da Europa foi evidente. No norte, o avanço do neoliberalismo; no

sul, uma onda eleitoral a favor da social-democracia varreu países como França, Espanha, Portugal, Itália e Grécia. François Mitterrand (França), Andreas Papandreu (Grécia) e Felipe Gonzalez (Espanha), apenas para citar os casos mais ilustres dessa onda social-democrata, tentaram implementar um projeto que fosse um contraponto aos governos neoliberais do norte, propondo uma política de reativação econômica via políticas keynesianas, como corte dos juros, aumento dos gastos fiscais etc.

Nesse momento, portanto, a social-democracia da Europa meridional colocou-se como uma força de oposição à nova supremacia burguesa. Mas o projeto reformista de resistência não passaria do plano da vontade política. A correlação de forças não foi favorável aos progressistas, e os constantes ataques financeiros dos capitais especulativos às suas economias restringiram suas margens de atuação. A capitulação veio a seguir, com os social-democratas do sul europeu adotando medidas econômicas ortodoxas contrárias às suas plataformas eleitorais. Esta capitulação, todavia, já tinha um histórico que remonta à crise dos anos 1970. Nesse período, partidos social-democratas europeus haviam feito a defesa de ajustes recessivos e da austeridade fiscal com cortes nas políticas sociais universalistas (Mandel, 1990, p. 233-234), medidas típicas da ortodoxia neoliberal.

A derrota da esquerda europeia levou a uma inflexão na supremacia neoliberal. Se antes, nos anos 1960-1980, a social-democracia era vista, e combatida pelas classes dominantes como uma corrente político-ideológica contrária aos seus interesses, pois fundada em expressivos setores do movimento operário, nos anos 1990, os governantes que ainda se proclamavam social-democratas foram, segundo avaliação de Perry Anderson, “os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais” (Anderson, 2000a, p. 14). A via reformista de transformação social perdeu sua principal bússola ideológica e moral: gradativamente, desde 1950-1960, a social-

-democracia eliminou de seus programas políticos o marxismo como concepção do mundo e o socialismo como horizonte das lutas; e, no plano moral, todas as suas reservas foram queimadas com os sucessivos escândalos dos governos socialistas na década de 1990 (Anderson, 1996, p. 10). A social-democracia ficou, desta forma, órfã de qualquer direção intelectual-moral, pronta a ser cooptada pelos neoliberais.

A massiva integração da social-democracia à ordem capitalista não se deu como um raio em céu azul de brigadeiro. É uma marcha contraditória que vem desde o início do século XX, com a adesão aos conflitos imperialistas, e que ganha força no *welfare state*. Durante todo o bloco histórico fordista-keynesiano, governos social-democratas firmaram compromissos com setores das frações da burguesia, legitimando acordos coletivos entre o capital e o trabalho, representado por sindicatos e partidos políticos. Nesse período, a social-democracia foi peça-chave na construção de uma seguridade social para os trabalhadores, sempre suscetíveis à perda do emprego, à velhice, a doenças e acidentes de trabalho, bem como na recomposição de sua renda global. Mas tais conquistas se deram por meio de negociações com o capital monopolista, que exigia o rebaixamento da combatitividade da classe trabalhadora e a manutenção de suas demandas no plano econômico-corporativo, abdicando do projeto revolucionário. Esta contradição só foi resolvida com a solidificação do bloco histórico neoliberal, quando os antigos socialistas aderiram à supremacia burguesa e se tornaram, muitas vezes, gestores corruptos e ideologicamente integrados à ordem.

A vitória da ideologia criada pelas classes dominantes e sistematizada pelos intelectuais neoliberais ainda não era completa. O que parecia devastador, do ponto de vista da esquerda europeia (e mundial), ainda iria piorar. Faltava uma fronteira a conquistar, ou uma última cortina a abrir. A queda do Muro de Berlim e o

colapso do socialismo real no Leste Europeu foram golpes que sacramentaram a supremacia neoliberal no Velho Continente. Após a derrocada do socialismo real, os países do Leste Europeu foram tomados de assalto por uma geração de políticos mais realistas do que o rei – vale dizer, mais radicais do que a Dama de Ferro. Segundo Perry Anderson (2000a, p. 18), os novos líderes realizaram programas de privatização mais intensos e cortes de gastos sociais maiores do que os promovidos pelos governos da Europa Ocidental.

Como se pode imaginar, os efeitos do neoliberalismo no Leste Europeu tiveram impactos negativos, com a destruição da antiga rede de proteção e seguridade sociais. A reação popular não tardou a aparecer, sob a forma de promover o retorno dos antigos partidos comunistas ao poder. Estes, apesar do simbolismo da sua tradição de lutas sociais, não romperam com a supremacia neoliberal e continuaram a política dos seus antecessores. “A deflação, a desmontagem de serviços públicos, as privatizações de empresas, o crescimento de capital corrupto e a polarização social seguem um pouco menos rapidamente, porém com o mesmo rumo” (Anderson, 2000a, p. 19).

Operou-se, desse modo, uma cooptação massiva de históricas lideranças social-democratas e comunistas em toda a Europa, que passaram a dirigir as políticas neoliberais. Se, até então, o neoliberalismo era efetivado segundo a agenda política dos partidos conservadores, no final de 1980 e início dos 1990, os partidos de esquerda não somente aderem ao ideário neoliberal como o concretizaram em suas ações de governo, muitas vezes aprofundando o programa político dos rentistas, pois a adesão maciça da social-democracia e dos ex-comunistas desarmou as bases sociais que poderiam se opor à supremacia burguesia. Sem maiores resistências dos seus potenciais adversários, o projeto neoliberal viu-se livre de amarras e tratou de expandir mundialmente a sua supremacia, atingindo as regiões subdesenvolvidas e periféricas a partir de meados dos

anos 1980 e particularmente com força em 1990, tendo como base o Consenso de Washington.

Os impactos da adesão da social-democracia ao neoliberalismo e seus efeitos só ficariam nítidos em meados da década de 1990, quando a antiga social-democracia formulou e sistematizou a sua adesão ao neoliberalismo e propôs a refundação “ética e humanista” do capitalismo no que ela própria chamou de terceira via.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels anunciaram que o rompimento de intelectuais burgueses com a concepção do mundo própria da sua classe de origem, imputando-se a ideologia proletária, é sinal de uma época de crise revolucionária, “(...) períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva” ([1848] 1998, p. 17). E o contrário, isto é, a passagem de intelectuais socialistas para as fileiras da concepção burguesa do mundo, o que significa? Como caracterizar, então, o neoliberalismo, época histórica de cooptação massiva e molecular de influentes quadros do movimento operário que aderem ao bloco social hegemônico e dominando pela burguesia rentista? Neste sentido, Guido Liguori contribui para o debate dizendo que:

(...) as categorias interpretativas do pensamento socialista depois de 1989 se tornaram cada vez mais contíguas às categorias centrais do pensamento liberal, submetendo-se à sua *hegemonia*, a partir de uma forte subestimação do papel da política em favor da sociedade civil, no âmbito de um renovado processo, obviamente inconsciente, de ‘revolução passiva’ (Liguori, 2008, p. 66 – grifo original).

A interrogação que o texto de Liguori suscita é se o processo de passivização e acomodamento das lutas das classes subalternas à ordem burguesa via o transformismo de seus partidos políticos e sindicatos, que se engajaram resolutamente no projeto neoliberal, teria sido “obviamente inconsciente”. Há indícios de que, em alguns casos moleculares, o apassivamento pode ter sido inconsciente, com as mudanças do programa intelectual do neoliberalismo serem

incorporadas como algo “natural” diante das transformações do capitalismo e da suposta falta de alternativas políticas à avalanche da ofensiva burguesa. Entretanto, parece inverossímil que um processo tão massivo de apassivamento de lideranças das esquerdas, que arrasou os maiores partidos comunistas e socialistas da Europa, não tenha sido consciente. Tanto é assim que intelectuais coletivos e avulsos fizeram questão de passar a limpo esta história e escrever documentos explicando seus processos de conversão, mascarados como um rito de passagem necessário para a integração à nova ordem.

A controvérsia do termo “neoliberalismo”

O termo “neoliberalismo” demonstrou uma vitalidade invejável nos anos 1990 a partir da luta ideológica travada pela esquerda contra a chamada globalização capitalista. Com ele, os críticos das mutações gestadas nos últimos 30-40 anos conseguiram demonstrar, com alguma eficácia, os efeitos econômicos, políticos e sociais mais danosos do projeto burguês para as classes subalternas. Por isso, muitos intelectuais neoliberais renegam a pecha, tachando seus críticos de antiquados, que não teriam percebido os ventos inevitáveis da mudança no mundo (pós-)moderno. Apesar dessa vitória em denotar o termo neoliberalismo como algo socialmente destrutivo, muitos desses críticos tiveram dificuldades em criar um conceito rigoroso. Difícil defender a tese de que o termo ganhou *status* de categoria conceitual precisa, embora ainda seja de grande valia para os críticos da nova fase do capitalismo nos confrontos ideológicos com os defensores da ordem burguesa. A verdade é que se criou uma tremenda confusão em volta do termo. Pierre Salama é categórico ao afirmar a sua inexatidão: “creio que não sabemos ainda precisar com exatidão o que é o neoliberalismo, que acabou se tornando uma categoria muito difusa. Se por um lado é claro que conhecemos os seus efeitos, em termos analíticos ele se transformou num conceito muito escorregadio” (Salama, 2000, p. 142).